

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



ENCONTRO REGIONAL DE EDUCADORES  
DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO  
ETAPA SUL

25 e 26 de julho de 2022 – Florianópolis - SC

Apoio: DETRAN-SC

Local: Academia de Polícia Civil de Santa Catarina

CARTA DA REGIÃO SUL

Aos dias 25 e 26 de julho do ano de 2022, na Academia de Polícia Civil de Santa Catarina, Rodovia Tertuliano Brito Xavier, 209 - Canasveiras, em Florianópolis/SC, reuniram-se os participantes acima a fim de discutirem as seguintes temáticas:

- COMO TRATAR A REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DOS MOTOFRETISTAS?
- COMO EFETIVAR A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO JUNTO À REDE DE ENSINO FORMAL?
- COMO ENXERGAMOS O PAPEL DO CICLISTA E PEDESTRES NO TRÂNSITO?
- COMO EFETIVAR AS ESCOLAS PÚBLICAS DE TRÂNSITO JUNTO AOS MUNICÍPIOS?

Destas discussões resultaram desafios e boas experiências, como se segue:

Handwritten signatures and notes in blue ink, including names like Carlos D. dos Santos, João, Lar, Biva, Civaliz, K. Waldemar, and others. Some signatures are crossed out. At the bottom, the name 'Suliani D. Souza mello' is written.

## COMO TRATAR A REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE DOS MOTOFRETISTAS?

Inicialmente a apresentação dos membros da sala, com representatividade muitas entidades e estados, oportunidade que foi informado a motivação no tema proposto.

A discussão se deu em três pontos específicos, considerados com os principais problemas e a necessidade de foco para mudança do cenário dos motofretistas no Brasil.

- 1) Necessidade de reformulação na Formação dos motofretistas – cursos obrigatórios
- 2) Fiscalizações dos órgãos
- 3) 3) Necessidade de Regulamentação da profissão nos Municípios

Sobre o item 1, formação dos motofretistas, as considerações foram:

Considerando a que a maioria dos profissionais não cumprem a formação obrigatória do curso especializado para motofretista, quer por falta de fiscalização, quer por falta de regulamentação nos Municípios ou por falta de entidades formadoras nas respectivas regiões;

Considerando que os cursos exigem 30 horas/aulas, sendo 5 horas/aulas práticas e que estas não possuem um plano de aula que seja padrão nacional definido em Resolução;

Considerando que é possível fazer 25 h do respectivo curso na modalidade Ead e 5 h/aula de prática e os CFC's estão habilitados para ministra-los;

Considerando a necessidade de melhorar a formação dos instrutores práticos dos CFC's e dos cursos especializados;

Considerando que é necessário aumentar a eficiência dos cursos de 30 h;

Considerando as deficiências na habilitação categoria A, onde as aulas práticas não são suficientes e/ou eficientes para formar um bom condutor, que depois poderá se tornar um profissional motofretista;

Diante das considerações foi proposto como alternativas e melhorias a serem levadas ao plenário:

Em relação aos instrutores, trabalhar em propostas de capacitação dos instrutores práticos para os CFC's e os especializados;

Propor que as aulas teóricas possam ser por meio de webaulas, com presença ao vivo do instrutor e aluno, buscando a participação e interação do aluno na parte das aulas teóricas;

Buscar a possibilidade na mudança de Resolução para o aluno utilizar sua própria moto nas aulas práticas do cursos de formação;

Buscar a discussão de melhoria das aulas nos processos de primeira habilitação, para que formem melhores condutores;

Fazer uma matriz pedagógica para cumprimento das 5 horas praticas dos cursos de motofretistas, com objetivos claros a serem atingidos ao final.

Inserir na resolução do Motofrete, um croqui da pista que deve ser utilizada nas aulas práticas;

Em relação ao item 2, fiscalização, foi levantada as questões de dificuldade de fiscalizar devido a falta de regulamentação nos Municípios, dúvidas em relação a profissão motofretistas, número elevadíssimo de profissionais irregulares em todos os Estados.

Quanto ao item 3, regulamentação da profissão nos Municípios, verificou-se que a maior parte ainda não tem este processo definido e muitas dúvidas persistem a respeito.

Diante do exposto, a sugestão é buscar a articulação da FECAM, DETRAN e CETRAN de todos os Estados, para padronizar e exigir a regulamentação nos Municípios, avançando assim no processo de melhoria da profissão e contribuindo para que as fiscalizações sejam efetivas e possíveis de serem realizadas em qualquer parte do território brasileiro. Paralelamente, se trabalha na melhoria do processo de formação dos motofretistas nos cursos especializados.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 18:30 e, para constar, eu, Patricia Costa Ferreira, lavrei a presente carta, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais participantes.

### COMO EFETIVAR A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO JUNTO À REDE DE ENSINO FORMAL?

Detran-RS: Apresentação do tema: Contextualizar por que o tema é importante pra nós, por que é uma dor. Os Detrans foram chamados e cada um tinha que apresentar uma dor. A nossa dor maior foi e continua sendo a dificuldade de nos aproximarmos dos professores. Ler o tema:

-Nossa realidade: 497 municípios (dificuldade em nos fazermos presentes em todos). 2534 escolas estaduais. As escolas municipais ficam sob a responsabilidade das EPTS municipais. Nossa estratégia foi o trabalho com multiplicadores. Desejo de chegar aos professores para que eles pudessem multiplicar nas escolas, pela proximidade com o público da educação básica.

Como não conseguimos constituir de forma efetiva, ficamos à mercê dos governos.

Como mudar o olhar sobre o trânsito e buscar seu reconhecimento como problema de saúde pública? Trânsito é a maior causa de morte no RS.

Morbimortalidade: problemas decorrentes do trânsito. De todos os sistemas que as pessoas têm que lidar diariamente, o trânsito é o mais complexo e o mais perigoso de todos. Responde por 1,24 milhões de mortes no mundo. CID 10 na categoria acidentes terrestres. 1ª causa de morte entre 15 a 29 anos. Apesar disso, a área da saúde não havia abordado esse assunto enfaticamente antes dos anos 2000. As mortes são só o topo, fora as lesões, perda da capacidade produtiva da família. (Pavarino, 2018)

Professor como ponto chave para o trabalho preventivo que precisa ser feito anterior para evitar que esse público se torne vítima do trânsito.

Trabalho preventivo e não corretivo.

Relação dos professores que facilita o acesso ao público: espaço, relação e currículo. Na escola temos espaço, relação e currículo para desenvolver ações preventivas, de reflexão e tomada de consciência. Aprendizagem é processo.

Precisamos dos professores.

Detran Roraima: maio amarelo tiveram dificuldade me fazer parceria com outros órgãos. Órgãos têm que falar a mesma língua, buscar as mesmas causas. Conseguiram realizar ações com turmas do EF e EM. Possuem 15 municípios. Facilidade de gestão. Aproximação. Levar o projeto para o gestor, buscar aproximação com a secretaria de educação. Ele fala que tem apoio do governo do Estado dele para colocar projetos em prática. Material pedagógico vem como apoio, bem explicativo, professor tem acesso e o professor recebe formação/treinamento. Na visão dele é uma questão de gestão. Receberam injeção financeira para projetos. Seu estado tem os mesmos problemas que todos os outros, não é mil maravilha, mas buscam realizar ações, como blitz educativa em bares e recebem apoio financeiro, por isso ele está aqui, porque os gestores entendem a importância das capacitações e debates. Boa Vista é uma das cidades com maior número de bares. A prefeitura é parceira, mas a Secretaria de Educação é mais difícil. A cada mudança de governo mudam as regras. Colocar prefeitura e governador em sintonia.

A Secretaria de educação é uma facilitadora, é preciso levar o projeto a eles, com termos de cooperação técnica, e a secretaria assume a gestão.

Não é da área pedagógica, mas sua visão é que é premente que se foque em uma ação concreta para colocar em prática a legislação. Contran e Cetran precisam fazer a sua parte, porque a lei não está sendo cumprida. Alguns temas são importantes, mas não são tão relevantes como o trânsito, que mata. Ele entende como um erro colocar o trânsito como tema transversal.

Componente curricular obrigatório.

Trânsito não é visto como problema de saúde pública. Pavarino em sua palestra, disse que os traumatismos no trânsito só passaram a ser abordados no início dos anos 2000. Carla questiona por que temos a Lei seca e a Lei da Educação não?

Experiência que conseguiu furar um pouco a barreira foi o Projeto Rumo à escola (piloto) com parceria da Unesco. Ficou no piloto porque mudou o governador e não teve prosseguimento. Tem que convencer o governador e o prefeito. À época conseguiram a união de órgãos, como a secretaria de educação. Resgatar a experiência e olhar para o processo e ver como se pode reproduzi-lo de forma piloto. Tem que ser projeto de Estado. Estabelecer a política, mudar a lógica de ter uma política para o trânsito. Enquanto não tiver

*[Marginal notes and signatures on the left side of the page]*

*[Large signature on the right side of the page]*

*[Signature on the right side of the page]*

*[Signatures at the bottom of the page]*

isso, não chegará nem a universidade. A educação tem que ter como foco a educação para a vida, porque uma pessoa educada age com educação em todos os espaços. Não precisa ser um disciplina.

Gestores não querem enfrentar o trânsito, não querem dar destaque ao problemas. Não existe enfrentamento sério. Paraná não existe política de enfrentamento da pandemia trânsito. Penatrans é muito importante, mas vem como ferramenta e não como política pública, como teve do MS contra o tabagismo. 399 municípios, só 64 são municipalizados. Já fizeram várias tentativas de capacitar gestores, professores...nada funcionou, porque não há esse enfrentamento, não há uma política séria. Falta dinheiro, investimento pesado.

Se pegar o dinheiro que o SUS gasta com vítimas sobraria uma verba muito grande para investir em projetos de trânsito. Talvez um incentivo aos professores, exemplo 5% de gratificação, muitos professores iriam aderir. Sente muita falta do apoio do DetranRS, que auxiliava os CFCs com materiais...Os CFCs são muito parceiros na educação.

CFCs são nossos parceiros nos municípios, porém, esse não é o trabalho dos CFCs, eles podem colaborar, mas o foco deles é formação.

O professor ocupa um lugar estratégico, tem relação diária com os alunos, tem o currículo, tem o espaço. O aluno tem vínculo com o professor, é uma relação promissora. A ET está em diferentes normativas em nível Nacional, Penatrans. Trabalhar o trânsito de forma interdisciplinar. DNIT material pronto, em plataforma. Balada Segura depois que virou lei estadual perenidade para além das trocas de governo.

Projeto Educar tem aceitação extraordinária, porque a polícia tem aceitação muito boa em escolas, o papel da polícia é bastante respeitado. No projeto Educar eles entenderam que não eram os agentes de transformação, mas um agente que levantava a bola para o professor fazer o gol. O que estamos debatendo aqui é que a gente chuta a bola e nem o governador, nem o professor chutam. Educação assunto de menos importância porque ela não produz um resultado tão rápido quanto a caneta (multa) representa. Os resultados não são consistentes e imediatos. Nosso problema é vender a educação como algo que traz resultado. A polícia também têm suas dificuldades nesse sentido.

precisamos ser otimistas. Antes do código eram 50 milhões de multas, hj está na média de 30 milhões.

Experiência de educação e prevenção. A educação não trará a solução, mas é um forte pilar pra ajudar. Como que se educa? A multa é uma forma, na opinião dele, que funciona porque a pessoa não quer ser multada. Se fosse uma disciplina, não seria punitivo, a pessoa teria que aprender para passar em uma prova.

Disciplina autônoma o professor seria o responsável por aquele.

Quando veio a questão da multa a Adri trouxe a importância da educação moral, moral autônoma.

Insistem na questão da disciplina.

Professores precisam comprar a ideia de que é preciso educar para não precisar punir. Ofereceram o trabalho nas escolas e lá os coordenadores disseram que não tem tempo para essa formação. Ela também é a favor de ser uma disciplina.

Dono de instituição que forma instrutor, examinador, diretor de ensino... Todos os temas estão desaguando dentro da escola. Quando terão tempo de trabalhar português, matemática... Tem que ter prioridade. Chamar a atenção de administradores para que haja interesse deles. Como chamar a sociedade para essas necessidades. Tem que convencer a comunidade, transformar isso numa cultura da comunidade. Porque os Detrans não trabalham com os CFCs? Ele sugere não tratar temas que não são tão relevantes na escola. Porque antes de implementar a EPT no município, não se trabalha junto com os CFCs, que tem muita capilaridade? Começar o processo de despertar do interesse pela temática através do CFCs nas comunidades, que pode chegar a ser de interesse do município.

Destinar percentual das arrecadações de empresas privadas para a ET.

Superformação (vasto currículo), pós em gestão de trânsito. Experiência no maio amarelo, faltou apoio. Ela é a única pessoa responsável pela ET para o trânsito na localidade dela. No PPP consta a ET, o que falta é que o município cobre da secretaria, que cobre das escolas... O que falta é a cobrança do diretor que o professor haja de acordo com o PPP. A profissão é estafante, ela é professora tb, mas entende que se houver vontade é possível trabalhar os temas que são exigidos. Não é punição, não é multa, é obrigação de cumprir o PPP e o que está na legislação. Esse ano ela conseguiu renovar sua esperança no trabalho de educação, no maio amarelo, porque conseguiu um investimento para um projeto.

4 áreas de conhecimento, mais os temas transversais.

Importante que nas universidades, nos cursos de licenciatura, o professor já saia com a formação para atuar com ET nas Escolas. Para trabalhar com professor é preciso convencê-lo. Divulgar material, formação, sem que isso seja um trabalho a mais pra ele. Divulgar nas escolas esses materiais. Divulgar de maneira que o professor se sensibilize.

Universidade precisa Legal, ético racial... senão não as formações não atingem os objetivos. É psicóloga e atua em pedagogia. Tem que ter significado para o professor e ele precisa dar significado também ao conhecimento, por exemplo, ao invés de somar dois pirulitos, somar dois pedestres, ou um pedestre e um ciclista.

A gente vive pedindo favor, pedindo emprestado, muita precariedade. Dificuldade de tirar o professor da sala de aula para capacitação.

O professor tem boa vontade, mas não tem preparação. A família também é essencial, mas em espaço específico, como espaços de vivência é mais significativo para as crianças, como participar do Detranzinho. Para o próximo convênio, ao assinar o convênio com o município já ter no contrato a contrapartida do município. Fazer supervisão e acompanhamento em

conjunto com o município, as secretarias, porque sozinhas as EPTs e Detrans não conseguem efetivar um trabalho.

#### ENCAMINHAMENTOS (Alguns possíveis remédios)

- Efetivar o trânsito como tema relevante, uma vez que mata.
- Tem que ser projeto de Estado.
- A educação tem que ter como foco a educação para a vida, porque uma pessoa educada age com educação em todos os espaços.
- Convencer/sensibilizar o governador e o prefeito da importância do trabalho de ET. Destinar percentual das arrecadações de empresas privadas para a ET.
- Trânsito precisa ser visto como problema de saúde pública.
- Vender a educação como algo que traz resultado, como a redução de custos com vítimas, por exemplo.
- Incentivo aos professores, exemplo 5% de gratificação, para que se sintam motivados a desenvolver ET.
- Órgãos envolvidos têm que falar a mesma língua, buscar as mesmas causas, estabelecer parcerias.
- Aproximação com os gestores. Levar os projetos para o gestor, buscar aproximação com a secretaria de educação. Questão de gestão.
- Disponibilizar materiais pedagógicos desenvolvidos para facilitar para o professor, que já tem tantas atividades. Bem explicativo, que o professor tenha acesso de forma digital. Formação/treinamento para os professores, desenvolver habilidades.
- Intensificar o trabalho das federações que representam os municípios, como Fecam e Famurs, para sensibilizar as secretarias municipais de educação a implementarem a ET.
- Comissão para sensibilizar o governador, propondo uma minuta de PL, começando um caminho, sem arrogância, propondo uma política pública de ET.
- Levar o projeto de formação dos professores e de ET nas escolas à Secretaria de Educação, que é uma facilitadora, com termos de cooperação técnica, com a secretaria assumindo a gestão.
- Ao assinar convênios com o município, já ter no contrato a contrapartida do município.--A escola e s professores precisam assumir e cumprir o PPP e o que está na legislação.
- Nas universidades, nos cursos de licenciatura, que o professor já saia com a formação para atuar com ET nas Escolas.
- Aproveitar o avanço tecnológico e buscarmos uma integração de que esse conteúdo pudesse ser acessado de forma híbrida, parte presencial e parte em EAD, tanto para professores, quanto para alunos.

-Alteração da 265. Revisar, atualizar. Está na pauta do Senatran.

-Criar Lei Estadual, algo mais próximo de uma política pública.

-Assinatura de um documento por parte do governo, que faça com que a escola precise cumprir. Documento que os governadores se comprometam com a viabilidade dessa implementação nas escolas. Ter um documento, para cobrar do Estado. Uma lei estadual para fazer o governador cumprir as políticas públicas de educação para o trânsito.

CONCLUSÃO: A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DEVE SER UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO, A EXEMPLO DO QUE OCORREU COM A LEI SECA. E NÃO CAMPANHAS DE GOVERNO.

### COMO ENXERGAMOS O PAPEL DO CICLISTA E PEDESTRES NO TRÂNSITO?

Com base no debate, conforme relato da percepção da maioria dos presentes, foram levantados os problemas abaixo, relacionados aos ciclistas e pedestres, tais como:

- Desconhecimento das normais de circulação;
- Desrespeito das leis, imprudência;
- Falta de conscientização, empatia e percepção de risco;
- Falta de investimento nos modais ciclistas e pedestres;

Seguem as propostas para os problemas elencados acima:

- Maiores investimentos em campanhas de trânsito continuadas e previsibilidade na LOA (Lei orçamentária anual);
- Inserção do tema pedestres e ciclistas na diretriz nacional de educação para o trânsito, PNATRANS A4002;
- Comprometimento dos órgãos Municipais e Estaduais na aplicação das ações propostas do PNATRANS no pilar 4;

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 18h30min e, para constar, eu, Moisés L. Santos, lavrei a presente carta, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais participantes.

### COMO EFETIVAR AS ESCOLAS PÚBLICAS DE TRÂNSITO JUNTO AOS MUNICÍPIOS?

Os integrantes trouxeram as principais dificuldades encontradas nos seus municípios, e muitas delas são as mesmas que outras cidades de porte semelhante enfrentam. A seguir, o relato das demandas levantadas do tema apresentado;

De forma geral, a questão política é uma dificuldade que atinge à todos os órgãos municipais de trânsito. Desde a indicação de pessoas não qualificadas para ocupar cargos de chefia, até a descontinuação de projetos ou programas, que foram iniciados em uma gestão com espectro político diferente. Os educadores também relataram que muitas vezes encontram dificuldades em dialogar com a gestão municipal, seja por uma questão de falta de conhecimento da legislação por conta dos gestores e até mesmo, ego (pois, quando o trabalho dos educadores começa a ter resultados, ofusca outras pessoas). Outra situação



relatada pelos educadores, é a falta de liberdade para as equipes trabalharem, pois algumas ações são vetadas pelas gestões.

A falta de uma equipe multidisciplinar no setor de educação para o trânsito, também algo muito sentido, principalmente nos municípios de pequeno e médio porte. Nesta demanda especificamente, foi solicitado o auxílio da SENATRAN, para que a resolução deste problema venha de "cima pra baixo". Da mesma forma, os procedimentos burocráticos para lotar profissionais (pedagogos e demais especialistas), foram elencados pelos educadores. E nesta mesma linha pensamento, a dificuldade para elaborar o PPP.

Em mais um tema de debate, foram mencionadas as estruturas limitadas das prefeituras, principalmente nos municípios de pequeno e médio porte e a gritante falta de conhecimento de legislações por parte dos seus gestores, o que dificulta ainda mais o trabalho na educação para o trânsito.

Para finalizar o primeiro momento do debate, os educadores citaram as situações ao levarem as intenções às redes de ensino: Professores com dificuldades de aceitar a implementação do assunto trânsito (pois "não tem tempo para mais um assunto"), sendo que ele pode trabalhar a temática do trânsito, dentro da sua matéria. Neste caso, percebe-se a falta de conhecimento dos profissionais da educação sobre os programas que já existem no país referente a transversalidade do ensino de trânsito. E isso é algo que precisa ser discutido em âmbito nacional. Encontra-se também dificuldade de agenda das escolas, por falta de Programação antecipada dos projetos e programas de educação para o trânsito.

Finalizado o momento para elencar as maiores dificuldades dos municípios, o debate seguiu para um cenário de possíveis soluções para as demandas. Segue o relato das mesmas:

União das entidades de educação para o trânsito, tal como, a criação de um fórum permanente de educadores de trânsito da região sul, para fortalecer as equipes, os projetos e as trocas de experiências. Esta e outras iniciativas, visam também fomentar o acesso aos cases de sucesso, de acordo com tamanho e características de cada município.

Uma solução apontada por grande parte dos presentes, é a SENATRAN demandar equipes para fiscalizar os gestores municipais, para que cumpram as suas obrigações em relação à educação para o trânsito e a efetivação das EPT.

Para os municípios com dificuldades financeiras principalmente os menores, uma solução é a de parcerias, seja de empresas, entidades, órgãos e demais setores da sociedade, para abranger e instrumentalizar a educação para o trânsito.

Para a resolução de uma importante demanda, foi discutido a efetivação das ações dentro das escolas, para que os projetos e programas tenham o seu real objetivo sendo executado. Desta forma, concluiu-se que associar temas de trânsito às matérias dos professores, é uma forma de cativar eles e as gestões, para a aplicação desta temática nas redes de ensino. Tornar o trânsito atraente, para as escolas. Fornecer a programação antecipada dos projetos a serem implementados nas redes de ensino, pode facilitar e aproximar o corpo docente dos

gestores do trânsito. E acredita-se que iniciar o projeto mesmo que com menos aderência que o esperado, é necessário. Pois, à partir do momento que ele começa a ter resultado, a atração virá de forma natural.

Finalizando o debate, a sugestão dos educadores, é de que os Órgãos técnicos (SENATRAN, DETRAN) e entidades colegiadas (CETRAN, conselhos e associações de municípios) possam visitar os municípios, para acompanhar o andamento dos projetos e comprovar a efetivação das práticas.

*[Handwritten signatures and names in blue ink]*

Gliane Mello  
William  
Mirian A. Paulo  
Julliana Aragão  
Ana Maria de Almeida

*[Other illegible signatures and names]*